

Pretendemos com esta escrita adentrar em uma análise que perpassa pelas relações e disputas de espaço político no seio da elite maranhense na segunda metade do século XIX, que propiciaram a circulação de idéias republicanas no sertão maranhense em pleno período imperial. Um momento histórico em que as velhas e as novas gerações disputavam e redefiniam espaços na estrutura de poder do Império, principalmente a partir do segundo reinado em que as formações de gabinetes refletiam a arena política entre liberais e conservadores. Revisitaremos a escrita historiográfica maranhense; a constituição de um espaço denominado de sertão, como também alguns periódicos que circulavam na Província antes da proclamação da república como o Publicador Maranhense, O Globo e o Novo Brasil, que nos ajudam a entender a efervescência política do período.

Ferreira(2004) destaca que podemos perceber através desta circulação de ideias o papel de uma nova elite intelectual formada principalmente entre as décadas de sessenta e setenta do século XIX, nos cursos de direito, em especial da Faculdade do Recife, que retornavam à Província, constituindo uma “nova geração de políticos”, que fazia pressão para ter acesso aos postos de mando e a cargos de representação, numa competição intraoligarquica em que as ambições e interesses individuais eram mais fortes do que as convicções políticas (FERREIRA, 2004:210). Menciona, também, que é neste seleiro de disputas que emergem os clubes republicanos na Província, principalmente no chamado sertão maranhense e que os mesmos ainda são pouco estudados, com uma produção historiográfica escassa. “Assim, a ideia de República ganhou força no confronto entre estratos da classe dominante do Maranhão como uma expressão da insatisfação dos sertanejos em relação ao descaso do governo” (FERREIRA, 2004:215).

A partir destas reflexões adentramos na necessidade de entender este espaço denominado de sertão maranhense tendo como suporte a constituição do território brasileiro. Nesta trajetória percebemos que a noção de território e fronteiras é preconcebida e alimentada durante o século XIX, na passagem do período colonial para a constituição de um Estado brasileiro, fomentada pela fábula nação materializada pela necessidade de constituição de uma história envolta pelo mito das três raças: branca, indígena e negra, tão presente nos trabalhos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro a partir de Varnhagen. Assim, a fronteira

---

\* Doutoranda em História pela UNISINOS. Professora Assistente da Universidade Estadual do Maranhão. E-mail: pessoajordania@gmail.com

enquanto limite geográfico fixo, proposta ao brasileiro “como identificação de um único povo; [...], não se realizou em um sentido comum – moral, econômico e social – em relação ao território, em que todas as camadas sociais se sentissem incluídas e participantes; uma fase histórica de ocupação do território em que todos pudessem reconhecer a fronteira de todos” (VANGELISTA, 2000:63).

Nesse sentido, ao contrário do que foi pretendido pelo Estado Nação ocorreu a criação de várias fronteiras internamente, operacionalizando várias faces fronteiriças e porosas, sendo elas: étnica, geográfica, econômica e cultural, construindo como afirma Vangelista (2000), outro nós, proporcionado por relações ora de conflitos, mas, também, de diálogos, ou seja, intercambiadas. Esta suposta uniformidade cultural e nacional que propõe uma unicidade étnica não se sustentou na medida em que o processo colonizador, forjado via violência, constituiu um processo de regionalização em que as diferenças diluíram as pretensões globalizantes, isto é, o ideal unitário transformou-se em um pluralismo em que a diversidade é a grande marca. Bresciani citando Ribeiro (2001:404) é enfática nessa análise quando afirma que “nós brasileiros somos um povo em ser, impedidos de sê-lo.”.

Já Arruda (2000) explicitando esta questão aponta como a memória contribui para o entendimento das construções e modificações dos espaços no Brasil, aspecto este discutido pelos historiadores. “As memórias construídas sobre os espaços geográficos possuem grande influência na constituição dos sentimentos de identidade nacionais ou regionais, no pensamento político e no próprio processo de transformação dos mesmos espaços” (ARRUDA, 2000:163).

É nesta incompletude de um território em que as fronteiras oficiais não refletem as práticas dos sujeitos historicamente constituídas que emerge um espaço denominado de sertão maranhense. Um habitat de sujeitos distantes das decisões de poder e entregues a uma vivência em que as relações entre o ser e o meio ambiente foram de fundamental importância. Outro Maranhão, distante e pouco conhecido, percebido a partir do antagonismo com o litoral, que era representado pela cidade de São Luís; portuguesa por natureza, mas historicamente retratada pela historiografia mais clássicos da História do Maranhão, como de fundação francesa. Um sertão em que sua dinâmica econômica irá girar em torno da criação de gado, diferente da plantation estruturada pelos interesses coloniais.

As representações do que seria “cidade” e “sertão” também envolvia concepções de natureza, cristalizando espaços patrimoniais em que a cidade representava a vivência civilizada e o sertão; o rústico e o selvagem. As preocupações com os espaços internos e com

os recursos naturais remontam ao período imperial, mas passam a ter maior atenção e interesse na montagem do chamado estado nacional moderno, na passagem do século XIX para o XX. Arruda (2000) descreve que desde então “civilizar o sertão” significava impor aos seus moradores novas concepções de tempo, propriedade e de trabalho. Assim, o ingresso do Brasil na modernidade significava adotar mecanismos com o intuito de civilizar, o que denota por trás dessas práticas é a pretensão de uma modelagem social homogeneizadora, de acordo com um ideário de poder imperial.

A partir destas problemáticas é que se constitui o sertão maranhense cognominado de Pastos Bons, envolto num processo colonizador fora dos interesses mais dinâmicos da colonização portuguesa, mas como espaço utilitário e propício à expansão da pecuária, advinda da Bahia e Piauí. Emergia, desta forma, uma região denominada de Pastos Bons, classificada assim pelos ocupantes vindos do interior da Bahia e do agreste pernambucano, que ficaram “maravilhados” diante da imensidão de campos verdes que serviam de pasto natural para o gado. A região fronteira do Centro-Sul do Maranhão recebeu migrantes de várias localidades, hoje integrantes do Nordeste brasileiro. O militar Francisco de Paula Ribeiro, a serviço da coroa portuguesa assim a descreve no início do século XIX:

*A natureza de uns e de outros terrenos, excessivamente pródiga na sua vegetação, é que talvez adquiriu para todo este distrito o nome de Pastos Bons. Os seus campos nutritivos, o seu ar cômodo, preciosas águas, grande fertilidade seguida ao mais pequeno cultivo e a sua nunca interrompida verdura, são circunstâncias que fazem com que este país seja o mais abundante e delicioso [...] (RIBEIRO, 2007:147).*

Este militar mapeia o relevo, as riquezas e a hidrografia da região, fornecendo às autoridades régias informações mais precisas a respeito da geografia física e humana do território. Transmitem, desta forma, a visão de “um outro nós” ou “um não lugar”. Mas esta descrição difere de uma visão clássica do sertão e sertanejo que se cristalizou desde o século XIX, tendo como base o caráter civilizatório. Paula Ribeiro assim descreve o sertanejo:

*Os costumes agros a que os habituam, já por eles também herdados de seus avós, sem outra alguma espécie de educação, faz com que não se encontre nestes sertões nascido um homem cujo modo de pensar o constitua nessa qualidade por outra circunstância que não seja o instinto natural.[...], por fim são hospitaleiros, agasalhadores, e tratam aos passageiros, de que sempre têm concorrência com aquele agrado próprio sim da sua rusticidade, porém sincero e de boa fé [...].(RIBEIRO, 1848: 65-66).*

A visão governamental transmitida por Paula Ribeiro irá inaugurar uma visão de sertão e de sertanejo que irá influenciar e fazer-se referência nas escritas futuras acerca desse

espaço do Maranhão, passando a ser referência em trabalhos posteriores que se tornaram clássicos da historiografia maranhense como a Esfinge do Grajaú de Dunshee de Abranches, O sertão de Carlota Carvalho, A guerra do Leda, de Parsondas de Carvalho e os caminhos do gado de Socorro Cabral.

Nestas análises o sertão é visto como espaço de águas abundantes e terras férteis, diferentemente da visão que irá se tornar hegemônica, principalmente a partir da divulgação da obra *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, cuja primeira edição foi em 1902. Nesta visão o sertão é uma região interiorana em que predominava o incerto, o ignoto, o desconhecido. Ambiência que provocava medo e apreensão por parte daqueles que habitavam o litoral, espaço que simbolizava a vivência civilizatória. Enquanto o sertão simbolizava um espaço marcado pela necessidade de intervenção governamental, para que a civilização pudesse adentrar e regenerar o mesmo, aspecto marcante da visão de Euclides da Cunha, que analisa os sertões a partir de um espírito científico, buscando legitimar sua obra, ancorado em renomados cientistas europeus da área de Geografia, da Geologia e da Botânica. Arruda (2000) descreve que é nesse contexto de *espacialidade brasileira*, vista na dicotômica relação de cidade enquanto progresso e o sertão como sinônimo de atraso que foram a campo engenheiros, médicos, sanitaristas e jornalistas que “acreditavam que levariam o país à modernidade”. (ARRUDA, 2000:104).

Na visão euclidiana temos a percepção de um espaço denominado de sertão constituindo uma homogeneidade dentro de um espaço maior denominado de Brasil, como se as fronteiras fossem lineares e estáticas, bem característica da visão política e colonizadora, enquanto que para os intérpretes do Maranhão, como Francisco de Paula Ribeiro e Carlota Carvalho, o sertão aparece como um espaço abundante e fértil. Carlota Carvalho (2011) amplia a visão reducionista dos sertões no plural de Euclides da Cunha, oportunizando captarmos um sertão, no singular, que existia não como mero contraponto do litoral, mas como lugar habitado, rico de possibilidades e de pessoas produtivas. Declara:

*O que nos sertões do Maranhão, Goiás e Mato Grosso chamam caatingas – mato alto constituído por grandes espécies vegetais, como angico, aroeira, ipê e jatobá, árvores espaçadas, entremeadas de pastagens – não tem semelhança com a raquítica e enfezada vegetação de uma pequenina e única parte do território da Bahia, magistralmente descrita por Euclides da Cunha no livro *Os Sertões*. (CARVALHO, 2011:97)*

Matrizes conceituais, estereótipos e visões estigmatizadas, denotam como a constituição de um pensamento brasileiro refletiu continuamente sobre as distinções entre litoral e interior, cidade e sertão, demarcando as diferenças de vida social e de tipos humanos,



pautados na dicotômica relação civilizado versus barbárie, cosmopolitismo versus brasilidade, constituindo o paradoxal universo do que se denominou de constituição identitária do povo brasileiro.

É neste contexto de um sertão maranhense à margem dos interesses e olhares governamentais que a circulação de idéias republicanas encontrará terreno fértil, como também sujeitos históricos que pretendiam galgar espaços políticos em um Brasil imperial. Observa-se que é numa relação dialética entre sociedade e indivíduos (ELIAS, 1994), em que sujeitos históricos apesar de pertencerem a um contexto histórico fossilizado em uma sociedade arraigada em tradições aristocráticas e escravistas, criticavam o centralismo político do Império, o trabalho escravo e outras mazelas do regime.

Pretendemos entender, através das pesquisas que nos propomos desenvolver, em que este artigo faz parte deste processo; como esses sujeitos históricos mesmo envoltos e participes de um sistema monárquico, proferiram discursos atrelados a novas práticas consubstanciadas por uma “ciência positiva” (BASBAUM, 1986:191) que constituiu o ideário do movimento republicano não só no Brasil, mas em outras partes do globo terrestre. Como foi possível a constituição de clubes republicanos no sertão maranhense que se constituíram desde o Médio Sertão, onde a cidade de Caxias está localizada, até o Alto Sertão, na região de Barra do Corda (FERREIRA, 2004:206). Como estas agremiações se manifestavam, principalmente através dos periódicos que circulavam na região. Esta percepção se justifica por compreendermos que o sertão maranhense não constituía uma região homogênea, nem economicamente e tampouco nas questões políticas, em que as reivindicações frente ao poder central, que concentrava as decisões em São Luís, partiam de uma visão alicerçada no cotidiano do chamado sertanejo, que não pode ser visto como uno e de identidade fechada.

No Maranhão esta nova elite intelectual era oriunda principalmente da Faculdade do Recife, que embora não apresentasse uma coloração ideológica bem definida, tampouco interesses econômicos homogêneos, apresentavam-se como um canal de proliferação e debate em torno das novas ideias políticas que tem seu berço no iluminismo e que davam substrato ao ideário republicano. A arena que se constitui é de disputas intraoligarquica, em que as demarcações de espaços de poder se tornavam latentes entre as velhas e as novas gerações. Reis (2007:64) descreve que:

*Os grupos políticos percebiam o aparelho do Estado como um bem a ser utilizado em favor dos correligionários, desenvolvendo um traço da cultura política que legitimava a utilização clientelista das funções de governo em benefício dos aliados e como moeda de troca na formação de alianças.*

Neste cenário de disputas as novas gerações consumiam e divulgavam ideias, denominadas de modernas e progressistas, colocando-se em um patamar de luta por espaço no cenário local, resultando na condução dessas novas gerações aos cargos centrais quando a República foi proclamada. “A velha oligarquia sede lugar a uma nova, com outra roupagem, mas afeita a procedimentos políticos ainda muito parecidos com os anteriores”. (FERREIRA, 2004: 227). Norbert Elias(1994), que nos ajuda a pensar a relação dialética entre sociedade e indivíduos em que a ligação entre autoimagem e composição social ao que denomina de “Habitus” dos indivíduos não se estabelece de uma vez por todas, mas está sujeita a transformações muito específicas, em que a pessoa não é destituída do nós, mas que os indivíduos formam a sociedade e de que toda sociedade é uma “sociedade de indivíduos”.

Percebemos a constituição de sujeitos desejanter de participar da estrutura de poder na desconstrução da imagem construídas acerca do sertanejo no Maranhão, em que a “ideia de que o sertanejo era ‘violento’ e ‘preguiçoso’ fazia parte do imaginário do homem da capital, em especial da elite ludovicense” (FERREIRA, 2004:213). Já o intelectual e escritor Abranches (1993:70) afirma que a imagem que o sertanejo fazia de sim mesmo era bastante diferente. Afirma que:

A alma dos sertões é constituída por uma raça de homens de honra e de espírito forte, decididos e libertados de preconceitos vis, a lutarem incessantemente contra o despotismo e opressão. O sangue, que nos corre nas veias, foi em boa parte derramado na defesa da independência e das grandes causas nacionais.

A partir destas impressões podemos perceber a heterogeneidade das relações no Maranhão nas representações entre cidade e interior, ou sertão. Também que ao pensarmos em uma elite que dominava os postos de comando e em um estrato que pretendia ascender, vemos o quanto o termo elite ou elites é polissêmico. Flavio Heinz(2006) nos ajuda a pensar que o termo elite é empregado em sentido amplo e descritivo com referência a categorias ou grupos que parecem ocupar o “topo” de estruturas de autoridade ou de distribuição de recursos, ocupando cargos de dirigentes, constituindo pessoas influentes ou abastados, revestidas de privilégios,” diz respeito acima detudo à percepção social que os diferentes atores têm acerca das condições desiguais dadas aos indivíduos no desempenho de seus papéis sociais e políticos”, (HEINZ, 2006:7).

Esta percepção dos espaços ocupados em uma estrutura política e social nos ajuda a pensar a constituição de grupos sociais de elites em múltiplas espacialidades e temporalidades, e principalmente a perceber como o poder é exercido numa teia de relações



entre esses grupos e os assim denominados clientes, ou seja, as pessoas que recorrem aos favores dos setores elitizados para se sentirem partícipes de uma estrutura social. Para Graham (1997) o Clientelismo é uma categoria específica para compreendermos como a concessão de proteção, os cargos oficiais e outros favores em troca de lealdade política e pessoal, funcionava para beneficiar especialmente os interesses dos ricos no Brasil do século XIX. Isto nos ajuda a compreender que “no Brasil do século XIX, cultura e tradição favoreciam o lugar dos poucos, o dos proprietários. Classe e status entrelaçavam-se” (GRAHAM, 1997: 21).

Isto nos ajuda a entender como no seio da elite maranhense a dinâmica dos espaços políticos eram definidos por disputas, em que a estrutura do estado imperial não conseguia dar conta das demandas de interesses no seio da aristocracia, gerando as dissidências e o terreno propício à circulação de idéias que se contrapunham à monarquia. Até mesmo periódicos de cunho mais conservador, como o *Publicador Maranhense* questionava a inércia do governo Provincial do Maranhão, apontando as possíveis soluções frente às dificuldades que atravessava a região:

*Que meios empregam as nações civilizadas para transformar os seus desertos em cidades ruidosas? – Na facilidade e rapidez de suas comunicações, na colonização, no progresso da agricultura, no desenvolvimento do comércio, no aperfeiçoamento das artes; no incentivo à indústria, e sobretudo na administração inteligente, firme, judiciosa e moralista [...] (Jornal Publicador Maranhense, 27 fev. 1871, p. 2).*

Pallares-Burke (1998:147), afirma que a imprensa latinoamericana, principalmente após o processo de emancipação procurou imitar as características mais marcantes da imprensa iluminista europeia: “a crença no poder das ideias de aprimorar a sociedade e a convicção de que a imprensa periódica, veiculando ideias, tinha grande potencial para educar o público”. Complementa afirmando que:

*Na verdade, o projeto iluminista de transformar mentalidades ‘arcaicas’ em ‘ilustradas’ não só se revela presente como até reforçado no jornalismo latino-americano do século XIX. Esforçando-se por integrar o novo mundo independente, no que era visto como a invejável e moderna cultura europeia, homens (e algumas mulheres) de letras latino-americanos deram à imprensa um importante papel no processo civilizatório (PALLARES-BURKE, 1998:147).*

Neste universo temos periódicos que trazem uma forte propaganda republicana e que até mesmo divulgam eventos dessa natureza. O jornal *O Novo Brasil* traz em sua edição de 16



de março de 1889 notícias sobre uma conferência proferida por Paula Duarte<sup>1</sup>, “à qual comparecemos mais de seiscentas pessoas de várias profissões”.

Neste cenário de disputas Flávio Reis (2007) mapeia os vários clãs políticos do Maranhão apontando os sobrenomes das famílias mais abastadas e os seus respectivos agregados. Também como se moviam na teia política conseguindo alinhar interesses e alianças. Descreve também como essa dinâmica política gerou o surgimento de novas dissidências em que ressalta:

*[...] que o modo de utilização do poder público na composição de alianças esustentação político-partidária não estava em questão. A crise era do sistema político, que não conseguia absorver a crescente competitividade intra-oligárquica” (REIS, 2007:66).*

É nesta trajetória que a propaganda republicana encontra espaço, no seio de uma elite que movimenta uma acirrada disputa intraoligárquica; e o sertão maranhense funciona como um “locus” que agrega uma grande corrente dos descontentes, que não se sentem partícipes das benesses do jogo de poder. É o que podemos ver em uma das matérias do jornal O Novo Brasil, órgão declaradamente republicano:

*Pelo nosso ilustre co-religionario Sr. Dr. Francisco de Paula B. Duarte, recentemente vindo do Maranhão, estamos informados de que naquela província a idéa republicana vai avassalando todos os espíritos.*

*Assim, na cidade de S. Luiz, o partido republicano pôde contar com cerca de duzentos eleitores e com adesão de muitas pessoas influentes do commercio e das classes operarias.*

*Fundou-se mais um club, na florescente cidade de Caxias, ao qual agremiaram-se os cidadãos mais importantes da localidade.*

*Pode-se asseverar que o 5º districto eleitoral está em sua maioria republicano.*

*Na capital, onde reside o Sr. Dr. Belfort Duarte, mantém este, auxiliado pelo talentoso moço Dr. Casimiro Dias Vieira, pujante e valoroso O NOVO BRASIL, órgão republicano. (JORNAL O NOVO BRASIL, 15/12/1888:1-2).*

Na matéria acima podemos perceber o quanto o jornal preocupava-se em divulgar as adesões ao ideário republicano não só na capital São Luiz<sup>2</sup>, como também nas regiões interioranas da Província como é o caso de Caxias, citada na matéria.

---

1. Um republicano que se pronunciava na imprensa da época acerca das mazelas do regime monárquico e da importância do Brasil tornar-se republicano.

<sup>2</sup> No período citado a escrita da palavra São Luís era grafada com “z”.





Também divulga as atividades desenvolvidas em torno das idéias republicanas na região de Barra do Corda, incrustada nos sertões maranhense, sendo um lócus de grande propagação das idéias republicanas:

*Foi grande a concorrência do povo, no dia 25 do mez passado, por ocasião da conferencia feita em favor da Republica, na casa da câmara.  
O orador falou sobre a conveniência da transformação do systema de governo para a republica e sobre a necessidade de urgente de um club republicano!  
Grande numero de cidadãos, adheriram ao partido republicano subscrevendo a idéa da criação do club.  
Parabéns a sociedade, parabéns á pátria e aos intrépidos republicanos. (JORNAL O NOVO BRASIL, 23/01/1889:04).*

Estas adesões às idéias republicanas refletem a diferenciação existente naquele período da história do Maranhão entre poder econômico e poder político, denotando que no jogo das disputas nem sempre era possível pertencer aos dois espaços. Sendo que muitos sujeitos históricos habitantes dos sertões maranhenses conseguiam uma posição de destaque econômico em suas regiões, mas não recebiam das autoridades governamentais situadas em São Luís a devida atenção e reconhecimento que supunham merecer. È nestas disputas que a proclamação da República é recebida com grande euforia:

*Está proclamada a Republica Federal brasileira! Este grande povo fornece a civilização e á historia um grande testemunho.  
Nem um gôtta de sangue, nem a mais tênue alteração da ordem publica.  
Em nome da liberdade, em nome da democracia, em nome da humanidade, sejamos calmos, generosos e grandes.  
Reconstituamos a pátria, readquiramos os direitos cívicos.  
Viva a Republica  
Paula Duarte (JORNAL O GLOBO, 1889, n<sup>o</sup>3, p.02)*

Mas o advento da República no Maranhão trouxe como consequência imediata uma adesão sem contestação das velhas gerações oligárquicas que sobreviviam às custas das instituições imperiais, que aderiram à República de prontidão. Esta constatação é emblemática nas palavras de uma histórica liderança republicana, Isaac Reis: “Foram-se as instituições corruptoras, mas ficaram os mesmos homens corruptos e corrompidos!” (ABRANCHES, 1959:244). Muitos dos republicanos históricos não ocuparam cargos na “nova” estrutura de poder assentada sob os alicerces da república, outros pertenceram aos quadros de poder por pouco tempo. O novo regime trazia a tiracolo as velhas elites e seus correligionários, sendo

---

<sup>3</sup> O número do jornal arquivado na Biblioteca Benedito Leite em São Luís, encontra-se mutilado.



filhos ou agregados, que se alojaram na república sem nenhum desconforto com a nova situação.

## REFERÊNCIAS

ARRUDA, Gilmar. **Cidades e Sertões: entre história e a memória**. Bauru: Edusc, 2000.

BRESCIANI, Stella. Ressentimentos e conformação de Identidades, In: BRESCIANI, Stella. NAXARA, Márcia (Org.). **Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

CARVALHO, Carlota. **O Sertão: subsídio para a história e a geografia do Brasil**. Imperatriz: Ética, 2000.

CUNHA, Euclides da. **Os sertões**. São Paulo: Ateliê Editorial, Imprensa Oficial do Estado, Arquivo do Estado, 2001.

RIBEIRO, Francisco de Paula. **Roteiro da viagem que fez o capitão Francisco de Paula Ribeiro às fronteiras da Capitania do Maranhão e da de Goiás no ano de 1815 em serviço de S. M. Fidelíssima**. Revista Trimestral de História e Geografia, Rio de Janeiro, v. X, 1º Trimestre, 1848.

\_\_\_\_\_. **Desbravador dos sertões de Pastos Bons: a base geográfica e humana do Sul do Maranhão**. Adalberto Franklin, João Renôr F. de Carvalho (org.). Imperatriz, MA: Ética, 2007.

VANGELISTA, Chiara. **Terra e fronteiras no Brasil: culturas, etnias, sociedade**. Revista de História da Unisinos. Vol. 4, Nº 2, 2000, p. 59-72.

BASBAUM, Leoncio. **A História Sincera da República**. São Paulo: Editora Alfa-Omega. 5 ed. 1986.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

FERREIRA, Luiz Alberto. Os clubes republicanos e a implantação da República no Maranhão (1888-1889). In: COSTA, Wagner da Costa (Org.). **História do Maranhão: novos estudos**. São Luís: Edufma, 2004, p. 205-230.

PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. **A Imprensa Periódica como uma empresa educativa no século XIX**. Caderno de Pesquisa: USP. nº104. Jul.1998. p.144-161.

REIS, Flávio. **Grupos Políticos e Estrutura Oligárquica no Maranhão**. São Luís: impressão UNIGRAF. 2007.



GRAHAM, Richard. **Clientelismo e política no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

HEINZ, Flávio M. **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

## JORNAIS

PUBLICADOR MARANHENSE, 1871.

O NOVO BRASIL, 1888, 1889.

O GLOBO, 1889.